

NOTA DE REPÚDIO 22 de Abril de 2020

O Fórum de Teatro de Maceió (FTM) vem por meio desta, apresentar seu posicionamento acerca do Edital nº 04/2020 da Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas (SECULT/AL), divulgado no último dia 20 de Abril. Por outro lado, também se manifesta contra figuras públicas que criticam o investimento de recursos financeiros no segmento cultural, de modo que não enxergam o sofrimento de muitos/as trabalhadores/as e sobrepõe necessidades emergenciais sem nenhum conhecimento teórico ou de causa. Lamentamos que em tempos de crise ainda se faça necessário defender o óbvio. O acesso ao patrimônio cultural e artístico construído pela humanidade é um direito universal de cada pessoa, por isso é obrigação do Estado financiá-lo; nós, do Fórum de Teatro de Maceió, defendemos esse direito.

O edital do qual trata a presente nota, teria como objetivo socorrer os/as trabalhadores/as da Cultura neste momento de pandemia. Contudo, alguns elementos apontam para a sua ineficiência, razão pela qual nos faz vir à público. Antes do lançamento, representantes do FTM estiveram em duas reuniões remotas com a equipe da SECULT/AL, para elucidar as necessidades urgentes e emergentes da classe artística ante à crise econômica atual; nessas ocasiões, expomos solicitações e nos posicionamos acerca do edital.

Deve-se lembrar que no último dia 31 de março, já havia sido enviada uma Carta Aberta contendo as reivindicações do fórum. A carta foi reenviada no dia 16 de abril, juntamente com um documento que elenca onze propostas para um edital emergencial realmente eficaz, que contemple a realidade sócio-econômica e diversidade de trabalhadores/as da arte e cultura. Em reunião, representantes da pasta se comprometeram em responder formalmente tais documentos, através de email, até o dia 20 de abril. Porém, isso não aconteceu até o presente momento de fechamento e publicação desta nota.

Entende-se, comprovadamente, que os editais são uma das ferramentas mais democráticas existentes, pois possibilitam a distribuição de recursos dentro de um processo em que a livre concorrência ocorre a partir de critérios públicos e transparentes. Sendo



assim, o nosso protesto se dá por conta de uma elaboração que se descuidou com relação ao diálogo e a participação cidadã e colaborativa demonstrada por todos/as que compõem o FTM.

Dentre nossas demandas, verificamos que apenas dois pontos foram considerados: 1) Delimitação do tempo de apresentação, entre quarenta minutos e uma hora de duração (40min - 1h); 2) Criação de vagas para os/as técnicos. Infelizmente, nenhuma proposição ou recomendação, que caracterizaria com mais clareza um edital de emergência, foi tomada. A ação da SECULT/AL é fundamental, mas o formato do edital não atende à nossa situação, mais precarizada depois da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

O excesso de burocracia destoa do caráter emergencial e dificulta a inscrição de trabalhadores mais vulneráveis. A quantidade de documentos exigidos difere dos editais simplificados que temos acompanhado em outros estados e cidades do Brasil. Há pontos confusos a respeito dos procedimentos de inscrição. Por exemplo, no item 7.9, é solicitada a apresentação da documentação original ou com cópia autenticada, sendo que para tanto seria necessária a entrega física desses documentos o que contradiz o item 7.1. O edital possui como forma exclusiva de inscrição, o link para o formulário virtual juntamente com o envio da documentação por e-mail. A exigência de um extrato bancário, invés de um comprovante de conta bancária, também pode dificultar o ato de inscrição, já que nem todas as pessoas têm acesso a aplicativo eletrônico bancário e para gerar um extrato deveria sair de casa, assim descumprindo a quarentena.

Os pagamentos estão previstos para serem realizados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de verificação do adimplemento do serviço e apresentação da respectiva Nota Fiscal; porém o edital estabelece um período de realização das apresentações em um ano, ou seja, haverão artistas que, ainda inscritos e aprovados do referido edital emergencial, poderão ser convidados a se apresentar, somente, no ano de 2021, e só podendo receber após a realização da atividade proposta, destoando do caráter emergencial que se encontra a classe.

Os valores destinados para cada atividade seria de R\$700,00 (para Formação técnica e Voz e violão), R\$1.000,00 (Instrumental, Literatura, Artes Cênicas e Artes Cênicas Infantil) à R\$1.500,00 (Banda, Show, Infantil), tendo em vista que cada trabalho



contemplado pode conter até 4 participantes percebemos que este valor fica ainda menor, sem contar com os descontos previstos na legislação vigente.

Importante ressaltar também que no item 15.5 fica claro que a qualquer momento a Secretaria poderá alterar os valores estabelecidos para cachês, sem que caiba ao credenciado quaisquer direitos, vantagens ou indenizações.

É extremamente necessário delimitar no edital o perfil do proponente a fim de contemplar prioritariamente artistas e técnico/as em situação de vulnerabilidade social, autônomos/as e desempregados/as, e não profissionais que tenham outras formas de renda. Além disso, não é exigido um tempo mínimo de atuação na área artística para Pessoas Jurídicas.

Por estas razões, manifestamos repúdio ao Edital N° 04/2020 da SECULT/AL, ao mesmo tempo em que sugerimos a alteração destes pontos para que possa realmente atender às necessidades do setor Cultural. Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossas onze propostas para Editais Emergenciais que podem ser conferidas por todos/as no link: https://bityli.com/NUMbd.

Também, combatemos as críticas que algumas figuras públicas, se aproveitando do período eleitoral que se aproxima e diante da calamidade que a população enfrenta, vem se colocando contra editais e/ou outras ações que possam viabilizar a manutenção das cadeias produtivas da Cultura que proporciona o sustento de milhões de pessoas. O investimento no setor cultural será sempre indispensável, tendo em vista que seus trabalhadores/as, geram cerca de 7,5% do PIB global, de acordo com a ONU. Em Alagoas, por exemplo, a economia criativa representa 0,8% do PIB estadual, o que corresponde a cerca de R\$ 650 milhões por ano.

A cadeia de economia criativa movimenta a economia e gera arrecadação de impostos por meio de diferentes atividades, uma vez que não mencionamos apenas artistas, pois inclui-se técnicos de som, iluminação, cenografia, funcionários dos espaços de apresentação, videomakers, dentre outros. Consequentemente, esses trabalhadores da Cultura e suas famílias consomem e beneficiam a economia. O financiamento estatal é um meio importante para garantir o acesso da população às nossas manifestações artístico-culturais. Atualmente, a maioria dos/as fazedores/as de Cultura teve seu trabalho paralisado, então é necessário que o poder público proporcione alternativas para



subsistência dessa categoria e impeça o enfraquecimento e até mesmo o desaparecimento de manifestações artístico-culturais já ameaçadas.

Vale ressaltar que a verba disponibilizada para o Edital nº 04/2020 da SECULT/AL, conforme o mesmo registra, é proveniente de uma dotação orçamentária prevista no orçamento do Fundo de Desenvolvimento de Ações Culturais - FDAC, aprovada pela Lei Orçamentária Anual - LOA de 2020, ou seja, este valor já estava previsto e não retira fundos de nenhuma outra área atingida também pela crise Acreditamos que os valores disponibilizados são insuficientes, porém não há o que se questionar acerca de sua destinação, quando aplicada ao público atendido pela pasta da Cultura do Estado. Aqui, buscamos que este recurso seja usado de forma eficiente e efetiva ao em seu propósito emergencial.

Diante do exposto, repudiamos quaisquer tentativas de criminalizar o socorro aos trabalhadores/as da cultura alagoana e reiteramos a nossa indignação diante do Edital Não Emergencial da Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas. Apesar de estarmos fragilizados em razão deste momento de calamidade, seguiremos cobrando medidas ao poder público e requerendo o devido amparo ao setor Cultural.

Fórum de Teatro de Maceió Maceió - Alagoas 22 de abril de 2020